

AVISO DE ABERTURA

Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO DO ENSINO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO NA SUÍÇA

(Abertura de procedimento concursal simplificado destinado ao recrutamento local de docentes do ensino português no estrangeiro)

3º CEB e Secundário

- Horários a provimento: GEN51, GEN74 – Francês

1. Abertura e publicitação de procedimento concursal, após observância do procedimento prévio:

1.1. Ao abrigo do disposto no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 65-A/2016, de 25 de outubro, que também o republicou e do Decreto-Lei n.º 88/2019, de 3 de julho, e da Portaria n.º 1277/2010, de 16 de dezembro, torna-se público que se encontra aberto procedimento concursal simplificado para recrutamento local de **2** (dois) professores do ensino português no estrangeiro.

1.2. Para os efeitos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 40º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria nº 145 -A/2011 6 de abril, aplicável “ex vi” no nº 3 do artigo 32º do Decreto-Lei nº 165/2006, de 11 de agosto, na sua atual redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 65-A/2016, de 25 de outubro, não existe reserva de recrutamento interna.

1.3. Para os efeitos previstos nos n.ºs 1 e 5 do artigo 24º da Lei nº 80/ 2013, de 28 de novembro, e de acordo com o estabelecido no nº 1 do artigo 265º da LTFP, aprovada e publicada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, (aplicável “ex vi” na alínea a) do artigo 42º do RJEPE) e no artigo 4º da Portaria nº 48/2014, de 26 de fevereiro, foi cumprido o procedimento de consulta prévia ao INA, que em 03 de agosto de 2021 emitiu declaração de inexistência de docentes em situação de requalificação com perfil adequado ao exercício das

funções e a suprir as necessidades identificadas, que justificam a abertura do presente procedimento.

1.4. A reserva de recrutamento gerada, pelo presente procedimento concursal simplificado, terá como validade o ano letivo em curso (2021/2022).

2. Data e autor do ato de autorização de abertura do procedimento:

O presente procedimento foi autorizado por despacho do Vogal do Camões, I.P. Dr. João Laurentino Neves, a 01 de setembro de 2021, para os efeitos e ao abrigo do disposto no artigo 2º da Portaria nº 1277/2010, de 16 de dezembro, das alíneas g) e i) do nº 1 do artigo 21º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação e do artigo 5º do DL nº 21/2012, de 30 de janeiro, na sua atual redação, e exarado na informação de serviço n.º CICL-I/2021/4570 – DSL/DCEPE de 01.09.2021.

2. Data e autor do ato de autorização de abertura do procedimento:

O presente procedimento foi autorizado por despacho do Vogal do Camões, I.P. Dr. João Laurentino Neves, a 01 de setembro de 2021, para os efeitos e ao abrigo do disposto no artigo 2º da Portaria nº 1277/2010, de 16 de dezembro, das alíneas g) e i) do nº 1 do artigo 21º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação e do artigo 5º do DL nº 21/2012, de 30 de janeiro, na sua atual redação, e exarado na informação de serviço n.º CICL-I/2021/4570 – DSL/DCEPE de 01.09.2021.

3. Identificação do posto de trabalho:

O presente procedimento destina-se ao preenchimento dos seguintes horários:

País	Localidade	Escola	Horário	Nível de ensino/cargo	Número de horas letivas semanais/horário de trabalho	Área consular	Língua
Suíça	Estavayer-le-Lac	Salle Feu Sise/Marais	GEN51 a)	2/3 CEB e Sec b)	22 horas	Genebra	Francês
Suíça	Monthey	EP St. Joseph les Genêts	GEN74 a)	2/3 CEB e Sec b)	22 horas	Genebra	Francês

- a) Substituição por motivo de impedimento temporário do titular. Prazo de vigência do contrato: início até 5 dias após data de aceitação e até regresso do titular ou até ao final do ano letivo 2021-2022, na Suíça.
- b) O horário inclui alunos dos níveis A1 e A2.

4. Remuneração a auferir:

O docente irá auferir a remuneração líquida mensal (em euros), nos termos do disposto no Despacho nº 20 025/2006 de 01 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2ª série, nº 190, de 02 de outubro, com a redação dada pelo disposto no Despacho nº 17398 -C/2009, de 27 de julho, publicado no DR, 2ª série, nº 144 de 28 de julho, e pelo Despacho nº 20025/2006 de 1 de setembro, publicado no DR, 2ª série nº 190 de 2 de outubro estando sujeita aos descontos legais e às reduções remuneratórias nos termos da legislação em vigor.

Tabela de Remunerações (em euros) dos professores de EPE na Suíça:

<i>Profissionalizados com mais de 15 anos de serviço</i>	<i>Outros profissionalizados</i>	<i>Licenciados não profissionalizados</i>
4.895,78 €	4.450,63 €	4.005,59 €

- a) Aos valores apresentados acresce o disposto no Decreto-Lei n.º 10-B/2020, de 20 de março, de acordo com atualização da base remuneratória e o valor das remunerações base mensais da Administração Pública.

5. Requisitos de candidatura:

Apenas podem ser opositores ao presente procedimento os candidatos que reúnam os seguintes requisitos previstos no artigo 4.º da Portaria n.º 1277/2010, de 16 de dezembro:

- a) possuam habilitação académica exigida para o exercício das funções inerentes ao posto de trabalho a que se candidatam;
- b) estejam devidamente habilitados para a docência;
- c) revelem domínio perfeito da língua portuguesa;
- d) possuam formação comprovada por certificado, traduzido em português ou em língua francesa, passado por instituto de línguas que ateste de forma expressa a proficiência linguística em língua francesa correspondente ao nível B2 do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (não é considerada suficiente a frequência do ensino secundário);
- e) não estejam inibidos do exercício de funções públicas ou interditos para o exercício das funções a que se candidatam;
- f) tenham 18 anos de idade completos;
- g) possuam a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

h) tenham cumprido as leis da vacinação obrigatória.

6. Área de lecionação:

2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário

7. Prazo para apresentação de candidaturas:

A candidatura deve ser apresentada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil seguinte ao da data de publicitação de abertura do presente procedimento.

8. Forma de apresentação de candidaturas:

As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao coordenador do ensino português no estrangeiro e enviadas por correio eletrónico para: cepe.suica@camoes.mne.pt.

9. Método de seleção a aplicar, respetiva ponderação dos elementos e fatores que o constituem e sistema de valoração final:

Nos termos do disposto no artigo 10.º da Portaria n.º 1277/2010, de 16 de dezembro, o método de seleção a aplicar é o método de avaliação curricular o qual será valorado da seguinte forma:

- a) A ponderação da habilitação académica e profissional é de 70%.
- b) A ponderação da experiência profissional é de 30%.

10. Ordenação dos candidatos:

10.1. Os candidatos são ordenados de acordo com a avaliação final que resulta da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada um dos métodos de seleção.

10.2. A avaliação final é expressa na escala de 0 a 20 valores, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\mathbf{AF = 70\% HAP + 30\% EP}$$

AF – avaliação final

HAP – habilitação académica e profissional

EP – experiência profissional

11. Local e forma de divulgação dos resultados:

Os resultados serão divulgados na página do Instituto Camões, (www.instituto-camoes.pt), no sítio da Coordenação de Ensino Português na Suíça e fixados em local visível nas instalações da embaixada e nos consulados de Portugal na Suíça.

12. Direito de participação dos interessados:

No âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, os candidatos podem, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre a lista ordenada dos candidatos, no prazo de dois dias úteis a contar do primeiro dia útil seguinte ao da data de publicitação feita nos termos do número anterior, para: cepe.suica@camoes.mne.pt.

13. Documentos a entregar pelo candidato:

13.1. A candidatura deve ser obrigatoriamente acompanhada pelos seguintes documentos sob pena de não poder ser considerada:

- a) Declaração de consentimento informado para recolha, utilização, registo e tratamento dos dados pessoais, fornecidos para o processo concursal em curso;
- b) Declaração de consentimento expreso para efeitos de submissão do respetivo documento de identificação, o qual deverá acompanhar a declaração;
- c) Cópia do bilhete de identidade ou cartão do cidadão ou documento equivalente;
- d) Registo criminal, em como o candidato não está inibido para o exercício das funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- e) Declaração de que possui a robustez física para o exercício das funções;
- f) Prova do cumprimento das leis de vacinação obrigatória;
- g) Certidão comprovativa da(s) habilitação(ões) declarada(s) da qual deverá constar, obrigatoriamente, a indicação da data de conclusão do respetivo curso e a classificação obtida;
- h) Certidão comprovativa do tempo de serviço prestado em funções docentes no estrangeiro e /ou noutras modalidades educativas;

- i) Documento comprovativo do domínio da língua portuguesa (se aplicável) e da(s) língua(s) estrangeira(s);
- j) Currículo.

13.2. Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da Portaria n.º 1277/2010, de 16 de dezembro, os documentos referidos no número anterior podem ser substituídos pela apresentação de declaração, sob compromisso de honra, de que o candidato reúne os requisitos em causa, desde que seja demonstrado, fundamentadamente e devido a causas que não lhe sejam imputáveis a título de dolo ou negligência, a impossibilidade de os entregar juntamente com a candidatura e dentro do prazo previsto no n.º 7 do presente Aviso.

13.3. Verificando-se a impossibilidade de entrega dos documentos dentro do prazo de candidatura, na situação indicado em 13.2 do presente Aviso de abertura, os documentos em falta deverão ser entregues, pelo candidato que seja notificado para aceitar o lugar nos termos do artigo 15º da Portaria n.º 1277/2010, de 16 de dezembro, no prazo de oito dias após a aceitação do lugar.

14. Enquadramento legal:

Ao presente procedimento é aplicável o artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto – Lei n.º 65-A/2016, de 25 de outubro, bem como a Portaria n.º 1277/2010, de 16 de dezembro, o Despacho n.º 6859/2019, de 1 de agosto, publicado no DR, 2ª série, n.º 146, de 1 de agosto, os n.ºs 1 a 3 do artigo 40º da Portaria n.º 83 -A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145/2011, de 6 de abril e Lei de Orçamento de Estado em vigor, aprovada pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.

15. Aceitação do lugar:

15.1. Após a publicitação da lista de ordenação final de ordenação dos candidatos a que se alude no n.º 9 do presente Aviso e de acordo com a ordem nela estabelecida, os candidatos serão notificados para efeitos de aceitação do lugar por uma das formas elencadas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15º da Portaria n.º 1277/2010, de 16 de dezembro, devendo a aceitação ser comunicada, por escrito, pelo candidato no prazo de 24 horas a contar da data do recibo de entrega do correio eletrónico ou da data do registo do ofício, respeitada a dilação de 3 dias do correio.

15.2. O (s) candidato (s) que aceite (m) o lugar, dever ter disponibilidade para assumir as funções adstritas ao horário, devendo apresentar-se ao serviço no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de aceitação.

15.3. A aceitação do lugar será formalizada pela assinatura do contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo, de acordo com o previsto, conjugadamente, no nº 4 do artigo 32º do DL nº 165/2006, de 11 de agosto, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 65-A/2016, de 25 de outubro, e do nº 2 do artigo 15º da Portaria nº 1277/2010, de 16 de dezembro, ficando a sua eficácia, nos casos previstos no nº 3 do artigo 6º desta Portaria, condicionada à entrega dos documentos em falta.

15.4. Os documentos em falta, exigidos no aviso de abertura, deverão ser entregues no prazo de oito dias após a aceitação do lugar, sob pena de cessação imediata de funções docentes, de impossibilidade de o candidato concorrer, durante três anos, aos procedimentos concursais que sejam abertos para o ensino português no estrangeiro, tendo o docente apenas direito ao pagamento da remuneração correspondente aos dias em que exerceu funções.

16. Prazo e forma de reclamação:

Em cumprimento do estabelecido no artigo 13º da Portaria nº 1277/2010, de 16 de dezembro, os candidatos podem, por escrito, dizer o que se lhes oferecer sobre a lista ordenada dos candidatos, no prazo de dois dias úteis a contar do primeiro dia útil seguinte ao da data da sua publicação.

Findo este prazo, a lista definitiva é submetida a despacho de homologação do Presidente do Camões, I.P., e publicitada no prazo máximo de dois dias úteis.

02/09/2021

A Coordenadora Pedagógica


Lurdes Gonçalves
